

sandro

Nesta  
Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF  
CELINEA LEÃO HIZIM  
A Excelentíssima Senhora  
A Excelentíssima Senhora

Presidente  
Antônio Renato Alves Ramalho

Atenciosamente,

Cidadão - Acompanhamento por e-mail).  
acompahadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush ([www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br) - Espaço do  
informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser

do TCDF, <http://www.tc.df.gov.br>, pesquisando processo pelo número, na aba "Pegas".  
mencionado processo, quando disponível(is) para consulta, encontra(m)-se no endereço eletrônico  
Na oportunidade, informo que o(s) documento(s) relacionado(s) ao

quando apreciou o Processo nº 18929/2015-e.  
cópia do inteiro teor da Decisão nº 3036/2015, com o(s) documento(s) ou processo(s) nela(a)  
imediatamente, profereida por este Tribunal na Sessão Ordinária nº 4792, realizada em 16/07/2015,

Brasília, 16 de julho de 2015.

Ofício nº 5966/2015-GP

SECRETARIA DAS SESSOES

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL



URGENTE

Proc 18929/2015-e  
e-DOC 77888844

DOC 01 & 014201

Presidente  
Márcio Renato Alves Rainha  
Sala das Sessões

Olavo Medina

S/

## SALA DAS SESSÕES, 16 de julho de 2015

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCEIA MACHADO, INACIO MAGALHÃES FILHO e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPF/CDR Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro PAULO TADEU.

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - conhecer da representação oferecida pela empresa DF Extintores Cursos, Sistema Contra Incêndio, Informática e Serviços LTDA. EPP; II - conceder o prazo de 5 (cinco) dias para que a Câmara Legislativa do Distrito Federal se manifeste acerca da citada representação; III - autorizar: a) encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator, desta decisão, da representação à Câmara Legislativa do Distrito Federal e ao Ministério Público do Distrito Federal e ao Ministério Público Federal, contra a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Legislativa do Distrito Federal por diversas irregularidades no edital do Pregão Eletrônico nº 14/2015 - CLDF.

EMENTA: Admissibilidade da representação oferecida pela empresa DF Extintores Cursos, Sistema Contra Incêndio, Informática e Serviços LTDA. EPP contra a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Legislativa do Distrito Federal por diversas irregularidades no edital do Pregão Eletrônico nº 14/2015 - CLDF.

RELATÓRIO: CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

PROCESSO Nº 18929/2015-e

TCDF/Secretaria das Sessões	Folha:	Processo: 18929/2015-e	Rubrica:
-----------------------------	--------	------------------------	----------

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 4792 de 16/07/2015

SECRETARIA DAS SESSÕES

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL



Examina-se, nessa oportunidade, a admissibilidade da representação oferecida pela impresa DF Extintores Cursos, Sistema Contra Incêndio, Informática e Serviços LTDA. EPP contra a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Legislativa do Distrito Federal por irregularidades no edital do Pregão Eletrônico nº 14/2015 - CLDF.

Representação da DE Extintores Curtos - Sistema Contra Incêndio, Informática e Serviços LTDA. EPP, referente ao Pregão Eletrônico nº 14/2015- CLDF. Admissibilidade. Irregularidades. A Uniidade Técnica manifesta-se pelo conhecimento da pega. Voto convergente. Pelo conhecimento Prazo para manifestação da jurisdição da.

**ASSUNTO:** Representação  
**ORIGEM:** DF Extintores Cursos, Sistema Contra Incêndio,  
Informatica e Serviços LTDA, EPP

PROCESSO N.º: 18929/2015-e

四

**TCDF - GCMA**  
TCDF  
REGISTRATION  
NUMBER:  
18929/2015-6  
FOLIO#:  
REBILICA:

E o relatório.

A instrução assinada que a representação oferecida pela empresa DF Extintores Cursos, Sistema Contra Incêndio, Informática e Serviços LTDA. EPP preenche os requisitos de admissibilidade, podendo, assim, ser conhecida pelo Plenário.

Por fim, é questionando o item 17.1 do edital, no qual é determinado que a garantia dos serviços prestados será de 12 meses, contados a partir do mês da recarga. Entretanto, explica a representante que os extintores de incêndio podem apresentar defeitos de fabricação, que a garantia deveria ser determinada pela própria contratada, uma vez que a garantia devida ao incêndio é de 5 (cinco) dias.

A representante afirma, ainda, que há irregularidade no que concerne à data do pagamento estabelecida naquele edital, a ser efetuada até o décimo dia útil da apresentação da nota fiscal/fatura, enduantedo que a Lei nº 8666/93, em seu art. 5º, §3º, estabelece que "os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, devem ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura".

Noutro ponto, é allegado que o item 3 do Termo de Referência/Projeto Básico não contém especificação de quais peças serão substituídas nos extintores, nem a forma como serão cobradas em eventual troca.

A representação informa as possíveis irregularidades presentes no edital, destacando que o valor estimado da contratação não é exequível, uma vez que o valor de R\$ 14.16,31 não supera os custos com equipamentos e peças.

TCDF - GCMa	Folha:	Processo: 18829/2015-6	Assinatura:
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade		



II - conceda o prazo de 5 (cinco) dias para que a Câmara

I - conheça a representação oferecida pela empresa DF Extintores Cursos, Sistema Contra Incêndio, Informática e Serviços LTDA. EPP;

Diante do exposto, em integral convergência ao posicionamento da União Técnica, VOTO por que este é grégio Plenário:

Em preenchimento dos requisitos de admissibilidade da representação em tela, ressalto que não consta da documentação analisada pedido de cautela, todavia, ante as possíveis irregularidades apontadas, iligo ser o caso de concessão de um período para que a jurisdição analise se manifeste a respeito das allegações.

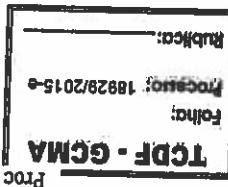
“A representação da empresa Corpó Técnico: CONTRA INCÊNDIO, INFORMATICA E SERVIÇOS CURSOS, SISTEMA preenche os requisitos de admissibilidade, podendo ser conhecida pelo Plenário. Além disso, faz-se necessário pronunciamento da Secretaria de Estado de Saúde, conforme prevê o § 6º do art. 195 do Regimento Interno desse Tribunal.”

De fato demonstram-se presentes os requisitos de admissão da representação, consonte incisos do artigo 195 do RITCDF, como bem analisado pelo Corpó Técnico:

Verifico que a representação é o instrumento adequado ao conhecimento, por parte desta Corte, de irregularidades ou abusos havidos no exercício da administração contabil, financeira, organizacional, operacional e patrimonial dos órgãos jurisdicionados mediante ajustes de natureza natural, conforme preconizado pelo artigo 195 do RITCDF.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a pega foi recebida em meu gabinete no dia 14/07/2015, às 10 horas, momento em que o prego já havia sido realizado, haja vista sua previsão para as 09h30 mesmo dia.

## VOTO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade  
Processo: 18929/2015-6  
Relação:



Relator  
**MANOEL DE ANDRADE**

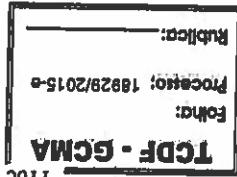
Brasília, em de 2015.

- c) o retorno dos autos à Unidade Técnica para os devidos fins.
- b) a clínica destaque decisão à representante, informando-a de que as futuras trâmites destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush ([www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br) - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail);

- a) o encaminhamento de cópia destê voto e da respectiva decisão, da representação e da instrução à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF;

III - autorize:

Legislativa do Distrito Federal se manifeste acerca da citada representação;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade





Fone: (61) 3382-3061 ou 3964-1998  
CEP: 70140-000 - DF - CEP: 07.319.399/001-90  
Av. das Nacoes Unidas, 1000 - SOC - GUARAPUAVA - PR  
e-mail: [atendimento@bol.com.br](mailto:atendimento@bol.com.br)

A estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma competição justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera lucro. No entanto, pelo que se constata a partir da literatura

O maior estimado não atende a condutação exigida no edital Praia Formeamentos e agilizações a plazos de preços é inexequível.

A despesa com a execução do objeto de licenciado é estimada em R\$ 14.916,31 (quatorze mil novecentos e dezessete reais e trinta e um centavos), conforme o orçamento estimativo dispondo no Edital.

DO VALOR ESTIMADO

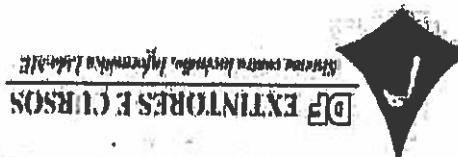
Considera-se a proposta mais vantajosa para a administração aquela que contempla produto ou serviço de boa qualidade, associada a preço compatível com o praticado pelo mercado, conforme previsto no art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/93.

sendido de que “A literatura deslida-se a pinturas e desenhos dos pintores constitucionais, da literatura, a seleção da proposta mais vantajosa para a elaboração de um projeto que respeite o princípio da propriedade intelectual, da liberdade de expressão e da livre competição, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

11. DAS JUSTIFICAÇÕES PARA REFORMA DO EDITAL

O objetivo da presente licitação é a prestação de serviços de manutenção para tecnologia de exanitoxes de combate a incêndio, de proteção da Câmara Legislativa do Distrito Federal, de acordo com as especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência/Projeto Básico - Anexo I desse Edital.

## II. DO OBJETO



Fax: (61) 3312-33061 ou 3994-1998  
 CNPJ: 37.148.788/0001-23 - CFD: 07.219.699/001-80  
 AE N° 2º-Ganijunta "F" - Lote D4 - SOF - Guara II - DF - [dfextintores@bol.com.br](mailto:dfextintores@bol.com.br)

mercado.

serviços é a permitir que a particular atração, comumente-se assim é chamada da razoável frente a todos as especificações técnicas solicitadas, suficiente a cobrir o custo dos necessários de aluguel da presente estimativa, de forma a ser previsto um preço justo e dos equipamentos e peças não pode ser considerado razoável. Impõe-se assim a ainda viola o princípio da razoabilidade, pois a presente estimativa não suporta nem o custo serviço bem a contraprestação justa e razoável pela execução do mesmo. Essa situação da modalidade, pois a contratante, através de sua estimativa, tem como escopo reemborso que não é permitido, comumente designado quanto ao princípio da legalidade e até mesmo a estimativa considerado a contratação acarreta somente gastos para prestação de serviço, o Administradores, 1º, Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393). (não nosso) Caso seja medida Administrador-sé-a desvio de poder, "na Comentários à Lei de Licitações e Contratos caracterizar-se-a desvio de poder", na qual licitações a contratos e execução de contrato, sendo o máximo admissível produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, inviabilizar contrato por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como caracterize como indevidos. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviável. Nesse sentido, alega de Magal Justen Filho: "Ressalte-se que o preço máximo usualmente praticados no mercado, esse valor inviabiliza a contratação por preço justo e inadmissível de pagamento, ficando o edital nulo de pleno direito, e seus frutos são nulos contratar por tal valor. Portanto, a legalidade da estimativa é devida considerar-se em vista equipes e peças, somadas extração o maior estimado, sendo assim indevidos um valor que atende ao praticado pelas empresas que atuam nesse setor; logo, sendo um valor que atende ao praticado pelas empresas que atuam nesse setor; logo, sendo um valor que atende a demanda de custos das empresas para cobrir os custos dos serviços para a prestação do serviço não é indevidos se tais condições.

O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a fornecendo-a não abusivamente ainda que seja medida o certame nas suas condições. Insaneável de pagamento, ficando o edital nulo de pleno direito, e seus frutos são nulos contratar por tal valor. Portanto, a legalidade da estimativa é devida considerar-se em vista equipes e peças, somadas extração o maior estimado, sendo assim indevidos um valor que atende ao praticado pelas empresas que atuam nesse setor; logo, sendo um valor que atende a demanda de custos das empresas para cobrir os custos dos serviços para a prestação do serviço não é indevidos se tais condições.

14.916,31 (quatorze mil novecentos e dezessete reais e vinte e um centavos). Corre que: da segundas II do Batal, para o caso em tela foi pago o valor máximo mensal de R\$:

(cincos) dias laterais, contados da apresentação da fatura (incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).  
pencilizado do que dispõe seu parágrafo único, devendo ser efetuados no prazo de até 5  
de despesas cujos valores não ultrapassarem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem  
§ 3º Observados o dispositivo no caput, os pagamentos decorrentes

interessante público e mediante gravação judicializada competente, devindamente  
tecnologia das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de  
e presságio de serviços, obedecet, para cada sorte diferente cada de reuniões, a estimação  
paganamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras  
ressalvada o dispositivo no art. 42 dessa Lei, devendo cada unidade da Administração, no  
casos utilizados das ligações entre como expressão monetária a moeda corrente nacional  
O Art. 5º da Lei 8.666/93 diz que todos os valores, preços e

devidamente bestada."

de 20.09.91, ou seja, até o 10º (decimo) dia útil da apresentação da nota fiscal/fatura  
com o dispositivo no item nº 10, alínea "b", da Portaria Conjunta SBF/SFPLAN nº 087/91,  
O item 16.2, cita que "Os pagamentos serão efetuados de acordo

## DO PAGAMENTO

subsidiárias da realização do serviço.  
parceria pode ser suspenso. Não ficam cobradas as peças que por ventura vejam ser  
Pistola, Arma, Jóculos de Rodas e Placa, como também furação a platinha de peças que  
Molas, Sifão, Travas, Discos de freio, Cojunto de suspensão, Conjunto de suspensão, Pneus, Amortecedores em caso de subsunção, tais como: Valvulas, Manoplas, Mandobulos, Platos,  
Recreação/Projeto Básico, este Projeto não específico as peças que servem subsidiárias nos  
Ao analisar o Edital, verifica-se que item 3 do Termo de  
Molal, Ampola, Jóculos de Rodas e Placa, como também furação a platinha de peças que

## DA MANUTENÇÃO DE SEGUNDO NÍVEL

Fone: (61) 3282-3061 ou 3961-1498

CNPJ: 27.148.798/0001-23 - C/F/DF: 07.219.599/001-80  
AE Nº 2º Comunicação nº Lote 04 - SOF - Guara II - DF - [dfextintores@bolacam.br](mailto:dfextintores@bolacam.br)

CNPJ sob o nº 37.148.798/0001-23

**INFORMATICA E SERVICO LTDA - EPP**

**DF EXTINTORES CURSOS, SISTEMA CONTRA INCENDIO,**

Brasília/DF, 09 de julho de 2015.

P. Declaro:

Nestes termos,

formalizamento violado.

legilagões viáveis, bem como aos práticas basilares da Administração Pública, que impunham, adequadamente aos termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002 e demais presentes peticão para RETIFICAR o Edital e ato convocatório nos assuntos, ora impõe, redige, o CONHECIMENTO e PROVIMENTO dos atos de suscitos na aduzidas as razões que balizaram a presente representação, esta

Dos Pessoas

sendo necessária sua subsistuição e reposição no prazo determinado pela Contratante, Contratada, uma vez que exortores de incêndio podem apresentar deficiências de fiscalização, A garantia da qual refere o item acima, deve ser determinada pela

carta nominal

expensas, providencie as ilustres necessárias para o reembolso da pessoa de sua processo em sua Carta extintora certo encaminhados à CONTRATADA para que, as suas acargas das diligências durante esse período, os extintores que apresentarem perda de de 12 (doze) meses pelos serviços de recarga efetuados, contados a partir do mês de O item 17.1, determina que a garantia dos serviços prestados será

DA GARANTIA

**DF EXTINTORES CURSOS**

Informações gerais	Identificação da Entidade	Identificação do Representante Legal
Nome da Entidade: <b>ADMISIBILIDADE DE REPRESENTACAO</b>	Nome do Representante Legal: <b>RODRIGO FERREIRA DA SILVA</b>	Nome do Representante Legal: <b>RODRIGO FERREIRA DA SILVA</b>
Endereço da Entidade: <b>Rua das Flores, 100 - Centro - Maceió - AL - 57010-000</b>	Endereço do Representante Legal: <b>Rua das Flores, 100 - Centro - Maceió - AL - 57010-000</b>	Endereço do Representante Legal: <b>Rua das Flores, 100 - Centro - Maceió - AL - 57010-000</b>
CEP da Entidade: <b>57010-000</b>	CEP do Representante Legal: <b>57010-000</b>	CEP do Representante Legal: <b>57010-000</b>
Telefone da Entidade: <b>(82) 3222-1515</b>	Telefone do Representante Legal: <b>(82) 3222-1515</b>	Telefone do Representante Legal: <b>(82) 3222-1515</b>
E-mail da Entidade: <b>rodrigoferreira@admisibilidades.com.br</b>	E-mail do Representante Legal: <b>rodrigoferreira@admisibilidades.com.br</b>	E-mail do Representante Legal: <b>rodrigoferreira@admisibilidades.com.br</b>
Assunto: <b>ADMISIBILIDADE DE REPRESENTACAO</b>	Válor Econômico: <b>R\$ 0,00</b>	Entrega: <b>Emenda Constitucional nº 105 - Cidadania e Direitos Humanos</b>
Informações adicionais:	Detalhes da Entidade:	Detalhes do Representante Legal:
<p>Este documento é assinado digitalmente. Para verificar a autenticidade das assinaturas, acesse <a href="http://www.tcc.df.gov.br/autenticidade">www.tcc.df.gov.br/autenticidade</a> e informe o edoc BE5F533A.</p>		

Foto  
Foto  
18.828/15

Setor de Atendimento ao Cidadão - SEDAC  
Setor de Atendimento ao Cidadão - SEDAC



www.english-test.net

En la actualidad se ha establecido una estrategia de trabajo que incluye la realización de talleres y seminarios para la formación de los profesionales en el campo de la salud mental, así como la elaboración de guías y manualidades destinadas a la promoción de la salud mental en las comunidades.



